

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ001052/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 19/05/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR021535/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 14021.142748/2023-40
DATA DO PROTOCOLO: 16/05/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

TERMS ADITIVO(S) VINCULADO(S)
Processo nº: 19980150094202301e Registro nº: RJ001513/2023

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PLANO DA CONSTRUCAO CIVIL E DO MOBILIARIO DE SAO GONCALO E REGIAO, CNPJ n. 31.724.891/0001-52, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MANOEL VAZ DE LIMA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA DE MONTAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 40.174.799/0001-57, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALEXANDRE MORAES VASCONCELLOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) : **Categoria dos trabalhadores da Indústria da Construção Civil** (pedreiros, Carpinteiros, Pintores e Estucadores, Bombeiros Hidráulicos e demais profissionais integrantes do grupo da construção civil), **Trabalhadores em Montagem e Manutenção Industrial**, **Trabalhadores nas Indústrias de Construção Pesada e obras de Infra Estrutura** (Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagem em geral - Pontes, Portos, Canais, Barragens, Aeroportos, Gasoduto, Hidroelétricas, e Obras Especiais), **Engenharia Consultiva em geral**, **Trabalhadores na Indústria de Olaria** (Vasos Ornamentais, Peças Decorativas, Extração de Barro e Argila, Telhas e Tijolos), **Trabalhadores na Indústria de Ladrilhos Hidráulicos**, **Trabalhadores na Indústria de Cerâmica para construção**, **Trabalhadores na Indústria de Mármore e Granitos e Pedras Decorativas**, **Trabalhadores na Indústria de Pintura, Decorações, Estuques e Ornatos**, **Trabalhadores na indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira, Divisórias MDA, Madeiras, Oficiais Marceneiros, Marcenarias e de Moveis de Madeira em geral, Fabricação de Móveis Escolares, Assentos de Estádios, Bancos de Praça e de Parque de Diversões**, **Trabalhadores na Indústria de Móveis de Junco e Vime e de Vassouras**, **Trabalhadores na Indústria de Cortinados e Estofos**, **Trabalhadores na Indústria de Escovas e Pincéis, Eletricistas de Obras, Encanadores de Tubulação Hidráulica, Sanitária, Elétrica e Gás, Tratoristas (exceto os rurais) e Trabalhadores na Indústria de Refratários**, exceto os trabalhadores em montagem e manutenção industrial do município de Itaboraí - RJ e exceto também os trabalhadores da indústria da construção pesada dos municípios de Armação de Búzios, Arraial do cabo, Iguaba Grande e Tanguá. **EXCETO** a Categoria dos trabalhadores do ramo das Indústrias da Construção Civil de pequenas e grandes estruturas, inclusive empreiteiras, trabalhadores das indústrias de materiais de construção, tais como: ladrilhos hidráulicos, mármore e granitos, pinturas, decorações, ornatos, estuques, tijolos refratários, trabalhadores das indústrias de serrarias, carpintarias, tanoarias, artefatos de madeiras, compensados e laminados, aglomerados e chapas de fibras de madeiras e fórmica, móveis de madeira, de junco e vime, estofados, colchões, bancos de automóveis e de cortinas, vassouras e escovas e pincéis, Engenharia Consultiva; nos municípios de Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia, e Iguaba Grande, do Estado do Rio de Janeiro, com abrangência territorial em Araruama/RJ, Armação dos Búzios/RJ, Arraial do Cabo/RJ, Cabo Frio/RJ, Iguaba Grande/RJ, Itaboraí/RJ, Maricá/RJ, Rio Bonito/RJ, São Gonçalo/RJ, São Pedro da Aldeia/RJ, Saquarema/RJ, Silva Jardim/RJ e Tanguá/RJ.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

Ficamestabelecidososseguintessaláriosnormativos, reajustados em 7%, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2023 para todos os integrantes das categorias profissionais, correspondente a correção do INPC anual acumulada de fevereiro de 2022 a janeiro de 2023 acrescido de ganho real:

		Sal. H acrescid o 7%	Sal. Mês acresc idode 7%
Gr.	FUNÇÃO		
01	Mestre de Obra	28,85	6.374,00
02	Encarregado de Montagem em: Elétrica, Instrumentação, pintura Industrial, Caldeiraria, Manutenção, Tubulação e Mecânica e de Montagem Industrial, Topógrafo, Técnico de Edificações.	24,21	5.329,00
03	Encarregado de Obra e infraestruturaEncarregado Administrativo de Obra, Super. de Operações	21,00	4.620,00
04	Mestre de Montagem em: Elétrica, Instrumentação, pintura Industrial, Caldeiraria, Manutenção, Tubulação e Mecânica, Mestre de Montagem Industrial.	20,80	4.576,00
05	SoldadorTIG,Tec.deSeg.doTrabalho,Tec.emSaneamento	19,56	4.303,20
06	EncarregadodeTurma,Técnicodemedição,,Riger	17,48	3.846.43
07	SoldadordeTubulação, SoldadordeRaiosx, EletrotécnicoeFrezador, Torneiro Mecânico, Eletromecânico	16,85	3.707,00
08	Mecânico de Refrigeração, Mecânico Ajustador, Encanador, Eletricista força e controle , Mot. Caminhão articulado (carreta), Oper. Multifuncional de Empilhadeira, Op. de Plataforma Aérea, Elevatória, Op. de Site boom Profissional Líder de Turma.(líder de turma)	15,21	3.346,20
09	Apontador, Almoxarife Assistente administrativo Soldador de Chaparia, Soldador MIG, MAG,Mecânico de Manutenção, Pintor Letrista, Caldeireiro, Op. de Guindaste, Motorista Op. Munck, Serralheiro, Operador de perfuratriz, Oper. de Draga Oper. de long reach, Oper. Bate	13,18	2.899,60

Estaca, Operador de grua, Oper. de ETE, Mecânico de Bombas Montador de Estrutura Metálica Montador de torre eólica, e Distribuição de energia, Alpinista.

10	Operador. de Motoscraoper, Op. de Motoniveladora, Op. Pá Mecânica, Oper. de Patrol, Op. de Rolo, Op. de Retro - escavadeira, Op. de Escavadeira, Nivelador, Oper. básico de empilhadeira, Carpinteiro de acabamento, Pedreiro de acabamento, Operador de usina, Op. de Trator de esteiras, Apropriador de Campo, Pintor Industrial, Mecânico de equipamento pesado, Eletr. montador, Eletr. manutenção, Motorista de transporte de Trabalhador, Maçariqueiro, Eletricista Montador de Placas Solar, Eletr. Montador, Lubrificador, Abastecedor Motorista de Caminhão Caçamba, Montador de Andaime, Sinaleiro de movimentação de carga.	12,65	2.783,00
11	Marteleiteiro, Armador, Pedreiro, Assentador de tubos e manilhas, Calceteiro, Eletricista obra civil, Carpinteiro de forma, Guincheiro, Pintor de Parede, Carpinteiro, Bombeiro hidráulico, Ladrilheiro, e Pastilheiro, Auxiliar de topógrafo, Auxiliar administrativo, Isolador, Funileiro, Rasteleiro, (Rastilheiro) Op. de Policorte, Sinaleiro, Esmerilhador, Lixador, Jatista, Motorista de Veículo Leve e demais profissionais.	11,50	2.530,00
12	Meio oficial/vigia/op. Roçadeira,	9,27	2.039,40
13	Serventes, Ajudantes de produção, Auxiliários de serviços gerais, Sinaleiro de vias.	8,47	1.863,40

OBS: Fica assegurado aos trabalhadores abrangidos pela presente CCT, no mínimo, o salário equivalente na função constante na tabela de Pisos Salariais.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

A partir de 1º de fevereiro de 2023 os empregados representados pelo Sinticom que não tenham salários definidos na tabela de pisos da cláusula terceira, integrantes das categorias profissionais que percebam até R\$ 6.420,00 (seis mil, quatrocentos e vinte reais), em 31 de janeiro de 2023, **receberão o reajuste correspondente a correção do INPC anual acumulado de fevereiro/22 a janeiro de 2023 mais ganho real, totalizando 7% (sete pontos percentuais)**. Para os empregados que recebam acima de R\$ 6.420,00 prevalecerá a negociação direta entre empresa e trabalhador.

Parágrafo único. - Cada Empresa poderá a seu critério compensar os aumentos espontâneos concedidos de forma geral a partir de 01 de fevereiro de 2023, exceto os decorrentes de promoção, merecimento ou enquadramento, equiparação salarial determinada em sentença transitada em julgado e término de aprendizagem.

- As diferenças salariais, retroativa a **01/02/2023**, desta CCT deverá obrigatoriamente ser liquidadas em duas parcelas, nas folhas dos pagamentos dos meses de Junho e Julho de 2023.
- Onão cumprimento das datas e prazos desta cláusula acarretará em multa de 10% (dez pontos percentuais) em favor dos trabalhadores prejudicados.**
- Qualquer outra forma de equitação destas diferenças deverá ser ajustada diretamente por aditivo específico formalizado com o sindicato laboral da base (Sinticom).

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO

Quando o pagamento for feito mediante cheque, as empresas estabelecerão condições e meios para que o trabalhador possa descontá-lo no mesmo dia, em que for efetuado o pagamento, sem que haja prejuízo do horário de feição e descanso. Quando o pagamento for feito em espécie no local de trabalho, admitir-se-á uma tolerância máxima de 01:00 (uma) hora para sua efetivação, além da jornada normal de trabalho.

Parágrafo Único. - O período que ultrapassar o limite de tolerância estipulado no caput desta cláusula será pago como hora extra.

CLÁUSULA SEXTA - COOMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus trabalhadores comprovantes de pagamento em envelopes timbrados ou carimbados, indicando discriminadamente, a natureza e os valores das diferentes importâncias pagas, bem como os descontos efetuados para o INSS, Imposto de Renda, da parcela do Vale-transporte a cargo do Trabalhador, proporcionalidade do Plano de saúde dos dependentes, descontos efetuados a favor do Sindicato Laboral, e a parcela referente ao depósito de FGTS.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO SALARIAL

As Empresas cumprirão a normatização para pagamento dos salários da seguinte forma.

- As empresas que fizerem mensalmente adiantamento quinzenal no valor de 40% (quarenta por cento) do salário mensal, até o dia 20 (vinte) de cada mês, poderão efetuar o pagamento do salário até o 5º dia útil do mês subsequente.
- As empresas que não praticam o adiantamento, efetuarão obrigatoriamente o pagamento do salário no último dia útil do mês em curso.

Obs: Na forma do Art. 459 CLT, para o efeito de determinar o prazo de pagamento dos salários, deve ser considerado na contagem do 5º dia útil o sábado, excluindo o domingo e **feriado**, inclusive o municipal.

CLÁUSULA OITAVA - ISONOMIA SALARIAL

O trabalhador admitido para a função de outro, dispensado sem justo motivo, terá assegurado salário igual ao do trabalhador de menor salário na função, sem que sejam consideradas as vantagens de ordem pessoal.

Parágrafo Primeiro - As disposições do "caput" desta Cláusula não se aplicam aos casos de substituição decorrente de participação do substituído em treinamentos, cursos, bem como nas hipóteses de férias e, ainda, de afastamento médico temporário do substituído, não superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo - Após 90 (noventa) dias de trabalho efetivo como substituto este deverá ser promovido para a mesma função exercida pelo substituído, sendo garantido, no mínimo, o menor salário piso salarial da função de acordo com a estrutura formal de cargos, salários e carreira da Empresa.

CLÁUSULA NONA - AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO

Por força de decisão da Assembleia Geral da Categoria, referendada pelas assembleias itinerantes realizada nas frentes de serviços com base no Art. 513 letra **E**, bem como na forma descrita nos termos técnicos de orientação de Número 20 do Conalis do dia 04/10/2022, ficam as Empresas desde já autorizadas a efetivar descontos nos salários dos Trabalhadores, no que se refere as contribuições a contar do ato da contratação, referentes as concessões previstas nesta Convenção Coletiva de Trabalho, bem como qualquer benefício ou incentivo parcialmente subsidiado e livremente concedido pela Empresa.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA - DESCONTOS NOS SALÁRIOS

Na forma do artigo 462 da CLT, ficam permitidos os descontos no salário do empregado, desde que originários de convênios com seguros, alimentação, ticket refeição, transporte, cesta básica, alugueres de imóveis, associações recreativas, contribuições para cooperativas de crédito e fundações de previdências privadas, descontados proporcionalmente ao plano de saúde dos dependentes, desconto para entidade Sindical laboral, desconto de no máximo 30% (trinta por cento) na folha de pagamento e 30% (trinta por cento) nas verbas rescisórias. Conforme MP 130 e do Decreto Lei 4.840, regulamentado na data de 17/09/2003. Obs.: Fica vetado o empréstimo consignado que só terá aplicabilidade legal, através de aditivo específico com sindicato de representação laboral da categoria referendado pela base caso a caso.

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - HORAS EXTRAS

Quando, por necessidade da empresa, os Trabalhadores realizarem serviços em jornada suplementar as horas extras efetivamente laboradas serão remuneradas com os adicionais legais da seguinte forma:

- 1- 70% (sessenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho para as horas extras realizadas de segunda a sexta-feira;
- 1- 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho para as horas extras realizadas em sábados, domingos e feriados.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE OU INSALUBRIDADE

O enquadramento do grau de insalubridade e/ou periculosidade, incluída a possibilidade de contratação de perícia técnica, desde que respeitadas, na integralidade, as normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, será aferido diretamente pela empresa, sem a necessidade de licença prévia das autoridades competentes do MTE, ficando acatado o SINTICOM na indicação de representante para acompanhamento da perícia, exceto aquelas funções específicas já previstas em lei.

Parágrafo Único –As empresas se comprometem a comunicar ao SINTICOM da realização da perícia.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A título de estímulo à qualificação profissional dos Trabalhadores e elevação da qualidade e produtividade do setor, as Empresas concederão um adicional de 5% (cinco por cento) do piso salarial estabelecido para a categoria profissional Demais Profissionais (vide Cláusula 3ª desta Convenção) a todos os Trabalhadores que concluírem com aproveitamento os cursos de formações e/ou qualificações profissionais.

Parágrafo Único - O adicional será concedido a partir do término de um estágio prático de 3 (três) meses no canteiro, para quem venha a obter certificado de conclusão do curso, não decorrendo da vigência do contrato de trabalho.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

As empresas e/ou consórcios negociarão com o SINTICOM, mediante acordo a implantação do seu Programa de PLR através de Acordo Coletivo de Trabalho, podendo inclusive ser agregado (substituído) por benefício ao trabalhador enquanto existir a relação produtiva, por um Plano de Saúde médico/odontológico extensivo à família.

Parágrafo Único - A convalidação dos programas de Participação nos Lucros e Resultados já instituídos espontaneamente pelas empresas e/ou consórcios em vigência sem a intervenção do Sindicato dos Trabalhadores, se consolidará com a remessa de cópia do Instrumento em 30 dias da assinatura desta CCT à Entidade Profissional.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REFEITÓRIO/REFEIÇÃO

As Empresas que fornecerem alimentação por marmitex/quentinha, deverão obrigatoriamente estar dotadas de refeitórios nos padrões exigidos pela legislação em vigor, com fornecimento de alimentação aos Trabalhadores, conforme preceituam as normas instituídas pelo Governo Federal referente ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), ou **fornecer vale-refeição** na forma letra **e desta cláusula** (nesse caso não há obrigatoriedade de implantar refeitório nas frentes de trabalho), devendo cobrar tão somente 1% (um) por cento do valor correspondente a uma refeição (vale) dos trabalhadores representados pelo SINTICOM.

- a) As Empresas fornecerão, gratuitamente, café da manhã aos Trabalhadores nos canteiros de obras para aqueles que se apresentarem até 15 (quinze) minutos antes da hora do início do expediente, composto de 2 (dois) pães com manteiga e ovos ou 2 (dois) pães com manteiga e queijo ou 2 (dois) pães com manteiga e presunto, 1 (um) copo de 300ml de café com leite e 1 (um) copo de 300ml de suco de frutas.
- b) As Empresas fornecerão aos seus trabalhadores alojados, café da manhã, almoço e jantar nos dias de sábados, domingos e feriados, nos mesmos moldes da refeição servida no almoço durante os dias normais desde que os Trabalhadores cumpram os horários preestabelecidos pelas Empresas para as refeições, podendo descontar até 1% (um por cento) de cada refeição ou vale fornecido.
- c) As Empresas se obrigam a fornecer água filtrada e em temperatura adequada própria para o consumo humano aos seus Trabalhadores.

d) As empresas fornecerão lanche ao empregado que realizar trabalho extraordinário, desde que a jornada suplementar seja de 2 (duas) horas extras diárias. O lanche deverá ser fornecido antes do início dos trabalhos em regime de horas extras.

e) As empresas que não fornecem refeição no local, concederão vale-refeição aos seus empregados em cartão magnético no valor facial de **R\$ 37,00 (trinta e sete reais) a partir de 1º de junho de 2023** a ser creditado obrigatoriamente, sempre até o 1º dia útil do mês de forma que haja garantia da refeição do trabalhador, podendo descontar até 1% (um por cento) do valor do vale-refeição concedido mensalmente para os trabalhadores contribuintes/ associados representados pelo Sinticom.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - (VA) VALE ALIMENTAÇÃO

As empresas fornecerão mensalmente a ser pago até o dia 10 (dez) do mês subsequente, uma (cesta básica) somente em Cartão magnético, V.A. **a contardo mês de maio 2023** no valor de **R\$ 500,00(quinhetos reais)** mensais a todos os empregados representados pelo Sinticom que atuam diretamente na área de produção, inclusive para os encarregados, supervisores e para os funcionários dos escritórios, como forma de benefícios aos trabalhadores contribuintes/associados, podendo ser descontado mensalmente do salário do empregado um valor simbólico 1,00 (um real) pelo vale-alimentação fornecido em, e que estiverem enquadrados nos seguintes requisitos

a) Terá direito ao Vale-alimentação, todo trabalhador que não tenha falta injustificada. Caso ocorra falta injustificada, o trabalhador perde o direito ao Vale-alimentação apenas daquele mês onde ocorreu a referida falta;

b) Terá direito ao Vale-alimentação, todo trabalhador na produção e apoio, inclusive escritórios que exerça função hierarquicamente até as funções de mestres de obras e supervisores nas empresas integrantes desta CCT.

Parágrafo Primeiro: Com o objetivo do fortalecimento do setor da Construção, sugere-se o pagamento dos Vales Refeição e Alimentação, Cláusulas Décima Quinta e Décima Sexta seja feito mediante o Cartão Setorial CONSTRUINDO – Valorização do Trabalhador, através de Convênio realizado pelos Sindicatos Convenientes, coordenado pelo Sindemon, com a fiscalização direta do Sinticom, mediante contratação de uma gestora de benefícios para dar assessoria na escolha, direção e operacionalização do cartão, com qualidade de atendimento ao trabalhador e com custo acessível aos empresários. O Convênio firmado viabilizará uma redução de custos para as empresas nas taxas cobradas pelos serviços, oferecendo acesso à melhor qualidade de alimentação ao Trabalhador. As empresas que já fornecem os referidos vales através de outro prestador poderão aderir ao CARTÃO CONSTRUINDO assim que findar a vigência dos contratos em vigor, sempre e quando as condições oferecidas sejam similares ou inferiores às atuais. Contato através da Gestora Siembra Benefícios, e-mail:comercial@siembrabeneficios.com.br.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TRANSPORTE DE TRABALHADORES

A empresa se obriga a fornecer a seus empregados o Vale-transporte instituído pelas Leis Federais nº. 7.418/85 e 7.619/87, regulamentadas pelo Decreto nº 95.247/87, reduzindo a parcela custeada pelo empregado para 1% (um por cento) de seu salário básico dos dias efetivamente trabalhados para os trabalhadores contribuintes/associados representados pelo Sinticom.

Tendo em vista as dificuldades administrativas para a aquisição e distribuição do Vale-transporte, decorrentes das peculiaridades próprias da construção, no que diz respeito às constantes transferências dos trabalhadores para os diversos canteiros de obras da Empresa, por força do próprio processo construtivo, acordam as Entidades Convenientes, com base no disposto no Parágrafo Único do art. 5º do Decreto n.º 95.247/87, que, com a concordância expressa dos trabalhadores, poderão as empresas fazer a antecipação da parcela de sua responsabilidade correspondente ao Vale-Transporte, ou auxílio combustível, tal como definido pela legislação, podendo descontar, apenas, 1% (um por cento) para os trabalhadores contribuintes/associados representados pelo Sinticom.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese prevista nesta Cláusula, o Trabalhador assinará termo de compromisso pela opção acordada, estabelecendo que o pagamento que lhe será feito em folha suplementar, sob o título de "indenização de transporte", e que, como tal, terá caráter meramente ressarcitório, não tendo natureza salarial nem se incorporando à sua remuneração para qualquer efeito e, portanto, não se constituindo base de incidência da contribuição previdenciária ou do FGTS.

Parágrafo Segundo - Fica desde já estabelecido que, sob nenhuma hipótese, o tempo gasto pelo trabalhador durante o percurso residência trabalho, e vice-versa, será computado para qualquer efeito.

Parágrafo Terceiro - Os atrasos decorrentes de problemas com veículos fornecidos pela empresa não serão descontados do salário do trabalhador.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PAGAMENTO DE TRANSPORTE NO DESLIGAMENTO

O Trabalhador Associado/contribuinte contratado em outra cidade, que tenha tido sua passagem de vinda comprovadamente paga pelo Empregador, terá garantida sua passagem de retorno à cidade da contratação, quando da rescisão de seu contrato de trabalho, sempre que esta ocorrer por iniciativa do Empregador e sem justa causa.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTÍMULO À EDUCAÇÃO

A título de estímulo à educação do Trabalhador, as Empresas procurarão implementar cursos de

Alfabetização nos canteiros de obras, que poderão ser em parceria com o sindicato laboral através de convênio de entidades educacionais promotoras de alfabetização para adultos, com fornecimento gratuito de material escolar.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PLANO DE SAÚDE (MEDICO ODONTOLÓGICO)

A partir do mês de Setembro de 2023 as empresas abrangidas por este instrumento normativo obrigatoriamente fornecerão Plano de Saúde Médico e Odontológico através de apólice corporativa, sem carência aos trabalhadores e seus dependentes, inclusive com abrangência de internação e exames, com coparticipação de 25% (vinte e cinco por cento), somente nas consultas.

a) Na inclusão dos dependentes, por liberalidade da empresa, a mesma poderá descontar 15% (quinze por cento) do valor do plano de cada dependente incluído, limitado ao valor máximo de R\$ 30,00 (trinta reais) por dependente.

b) No caso de dispensa do trabalhador, o referido Plano será garantido até data final do aviso prévio.

Parágrafo Primeiro – A Operadora do Plano de Saúde contratada deverá ter registro na ANS, plano com cobertura Estadual, ter uma ampla rede credenciada, oferecer o plano sem carência para o atendimento e liberação on line dos procedimentos.

Parágrafo Segundo - No plano de saúde acima referido deverão constar, obrigatoriamente, convênios com hospital/clínicas situados na base territorial do sindicato obreiro com abrangência Estadual. Sugere-se que as empresas utilizem Apólices Corporativas firmadas pelo Sinticom/Sindemon com Operadoras de Seguro/Plano de Saúde nas quais constarão todas as exigências referidas nesta cláusula, bem como a garantia de menor preço e praticidade no atendimento.

Parágrafo Terceiro – Os Sindicatos Convenientes indicam o Sindicato Laboral – SINTICOM – para efetuar a administração/fiscalização do plano de saúde médico/odontológico, mediante contratação de uma gestora de benefícios para dar assessoria na escolha, direção e operacionalização do plano, através de contrato coletivo por adesão, conforme resolução normativa 195 da ANS (Agência Nacional de Saúde).

Parágrafo Quarto - Os funcionários afastados por motivo de AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO, pelo INSS, terão direito ao Plano de Saúde por **período máximos seis meses** a contar da data do afastamento e somente para o titular.

Parágrafo Quinto – A Cláusula Vigésima da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 fica mantida em vigor até 31 de Agosto de 2023.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DESPESAS DE FUNERAL

Na hipótese de morte do Trabalhador em virtude acidente de trabalho ou qualquer que seja a "causa mortis", desde que ocorrida nas dependências da Empresa, a mesma arcará com as despesas decorrentes do enterro, em funerária por ela indicada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PLANO DE SEGURO EM GRUPO

As empresas oferecerão um plano de seguro de vida em grupo, subsidiado, aos seus Trabalhadores, cobrindo acidentes pessoais, invalidez permanente e morte natural ou acidental.

Parágrafo Primeiro – Será descontado mensalmente do trabalhador um valor simbólico de R\$ 1,00 como forma de não caracterizar salário inatura.

Parágrafo Segundo - O plano de seguro em grupo será todos os trabalhadores, torna-se automática a sua adesão ao mesmo, independente de formalização em qualquer documento específico para tal fim.

Parágrafo Terceiro - O Plano de Seguro de Vida em Grupo deverá prevê uma cobertura mínima equivalente a **15 (quinze)** vezes o valor do piso normativo estabelecido nesta Convenção para o Servente.

Os Sindicatos aqui convenientes, patronal e laboral sugerem como forma de fortalecer a marca setorial a contratação pelas empresas do SEGURO DE VIDA EM GRUPO de parceria das entidades Sindicais

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

A vigência do Contrato de Experiência não ultrapassará o prazo de 90 (noventa) dias podendo ser de 45 dias renovados por igual período. Nos casos de readmissão de Empregado, na mesma empresa, que tenha desempenhado atividade no prazo superior a 6 (seis) meses para a mesma função anteriormente exercida na empresa, não será mais celebrado Contrato de Experiência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - NOVAS ADMISSÕES

No caso de novas contratações, as Empresas darão preferência aos empregados que foram demitidos na própria empresa sem justa causa, nos últimos doze meses bem como aos trabalhadores do local do empreendimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ANOTAÇÃO NA CTPS

As Empresas deverão fazer as devidas anotações nas Carteiras Profissionais dos trabalhadores no que diz respeito aos cargos exercidos, promoções, férias e mais anotações exigidas por Lei, não podendo reter a Carteira Profissional por mais de 48 (quarenta e oito) horas e nem anotar nas mesmas os atestados médicos apresentados pelo Trabalhador.

Parágrafo Único - Os contratos de experiência deverão ser anotados na CTPS do Trabalhador, bem como as suas prorrogações para todos os efeitos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - RESCISÕES/HOMOLOGAÇÕES/AVISO PRÉVIO

As homologações dos Trabalhadores contribuintes/associados representados pelo Sinticom **deverão obrigatoriamente** ser efetuadas na Entidade Sindical Profissional, na forma desta CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO..

a) O aviso prévio deverá ser comunicado por escrito, constando do mesmo, de forma clara, a data, local e hora para liquidação das verbas rescisórias, com o "ciente" do Trabalhador. Caso o Trabalhador não compareça, o Sindicato Profissional deverá fornecer certidão à Empresa atestando a ausência do Trabalhador, do mesmo modo, será fornecido ao Trabalhador, na ausência da Empresa, Certidão de não comparecimento da mesma.

b) Os Pagamentos das verbas rescisórias, quando efetuados em cheque, deverão ser feitos até as 15:00 horas, através de cheque nominal, descontável na praça de pagamento e acompanhado de fotocópia do mesmo;

c) O sindicato Laboral se compromete a implantar um sistema de hora marcada para homologação de rescisões de contrato de trabalho dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias corridos desde que solicitado pelas empresas.

d) As Empresas que optarem por homologar rescisões de contrato de trabalho com período inferior a 12 (doze) meses, terão a mesma garantia estabelecida nesta cláusula, desde que, antecipadamente, comunique ao sindicato para que seja marcado dia e hora, por se tratar de fato especial.

e) Os trabalhadores dispensados com período inferior a 01 ano com rescisão pago na própria empresa poderão conferir seus direitos legais na entidade sindical laboral a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CÁLCULOS INDENIZATÓRIOS

Os cálculos indenizatórios serão efetuados com a integração da média das horas extras e o que mais integre a remuneração para este fim, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - MÃO DE OBRA

Nos contratos As Empresas contratadas e ou tomadoras de serviços em suas atividades produtivas utilizar-se-á de mão-de-obra própria, ou de empreiteiros e subempreiteiros, desde que regularmente constituídos ou inscritos nos órgãos competentes respondendo solidariamente pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados, inclusive no que tange ao cumprimento da presente convenção.

Parágrafo Único - Aplica-se aos empregados das empresas empreiteiras, subempreiteiras, e inclusive de empresas de serviços temporários (capítulo IV, artigos 17º e 20º do decreto nº 73.814/74, e a Lei nº 6.019/74), as Normas Coletivas pactuadas nesta Convenção Coletiva, inclusive no que concerne às obrigações de desconto e recolhimento das contribuições sindical, assistencial e mensalidade associativa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

As Empresas se comprometem, quando solicitadas formalmente, e por escrito, pelo Sindicato Laboral a

fornecer o nome, endereço e CNPJ das subempreiteiras, no prazo de 3 dias úteis após a solicitação.

Parágrafo Primeiro - Caso a Empresa principal não forneça a informação solicitada no prazo previsto, o Sindicato Laboral oficiará os Sindicatos Patronais, sem prejuízo dos processos administrativos a serem propostos.

Parágrafo Segundo - O Sindicato Patronal mediará qualquer problema que seja detectado pelo Sindicato Laboral nas subempreiteiras.

Parágrafo Terceiro – O contratante principal e as empresas contratadas exigirão de suas subempreiteiras o cumprimento das obrigações trabalhistas para com os seus respectivos Trabalhadores, inclusive desta Convenção Coletiva de Trabalho sob pena de assumirem a responsabilidade solidária na forma da Lei.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - GARANTIA DE PERMANÊNCIA NO ALOJAMENTO

O Trabalhador alojado na obra, ao ser dispensado sem justa causa, terá direito a permanecer no alojamento, ou em local contratado pela empresa, com refeição até o dia imediato ao do pagamento da sua rescisão contratual. O não cumprimento desta Cláusula acarretará multa de 20% (vinte por cento) do piso mínimo da categoria em favor de Trabalhador.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CARTA DE REFERÊNCIA

Ocorrendo dispensa sem justa causa ou pedido de demissão, no ato do pagamento das verbas rescisórias e desde que solicitado pelo empregado, as empresas fornecerão carta de referência.

**RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES
FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FERRAMENTAS DE TRABALHO

s Empresas fornecerão aos Trabalhadores as ferramentas necessárias ao desempenho dos trabalhos, mediante recibo e/ou termo de responsabilidade, ficando o Trabalhador responsável pelo bom uso e conservação das mesmas.

Parágrafo Primeiro - Em casos de danos, extravio ou a não devolução das ferramentas de trabalho, a Empresa fará o desconto dos seus respectivos valores, salvo no caso de desgaste natural das mesmas.

Parágrafo Segundo - Fica ressalvada a possibilidade da contratação de profissionais com suas próprias ferramentas, mediante acordo entre as partes. A Empresa se obriga, neste caso, a fornecer local adequado à guarda das ferramentas

POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - NÍVEL DE EMPREGO

As Empresas procurarão adotar uma política de manutenção de pessoal, de forma que só efetuem rescisões individuais de contrato de trabalho quando esgotadas todas as possibilidades internas de aproveitamento de pessoal.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE PARA EMPREGADA GESTANTE

Fica assegurada às empregadas gestantes a estabilidade provisória no emprego, a partir do início da gravidez até cinco meses após o parto, nos termos em que dispõe o art. 10, inciso II, alínea “b” do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e desta CCT.

ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ESTABILIDADE DURANTE ALISTAMENTO MILITAR

Os Trabalhadores em idade de convocação para o serviço militar terão estabilidade provisória no emprego, desde o alistamento até 60 (sessenta) dias após a baixa militar e o retorno ao serviço.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE DO ACIDENTADO

Atendendo aos princípios contidos na medida provisória nº 1729/98, ao Trabalhador acidentado que permaneça em benefício após o 15º dia é garantida a estabilidade provisória de 12 (doze) meses, a partir da data de cessação do recebimento do auxílio-acidente previdenciário.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE EM VIAS DE APOSENTADORIA

Fica assegurada a estabilidade provisória no emprego ao Trabalhador que, comprovadamente, estiver faltando 12 (doze) meses para aposentar-se por tempo de serviço, desde que tenha 2 (dois) anos de trabalho contínuo na mesma Empresa, exceto nos casos de rescisão fundada em justa causa ou encerramento de atividade dos empregados ou acordo desde que assistido pelo Sindicato Laboral.

Parágrafo Único - Para fazer jus ao benefício aqui previsto, o Trabalhador terá que comunicar à Empresa, formalmente e por escrito, mediante apresentação do extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS 12 (doze) meses antes da aquisição do direito à aposentadoria por tempo de serviço.

**JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS
DURAÇÃO E HORÁRIO**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho, desde que respeitados os limites legais, bem como haja concordância expressa do empregado, poderá ser flexibilizada, alterada, compensada e estendida, para que atenda os interesses das partes, sempre com acompanhamento do sindicato de classe como garantia de segurança jurídica.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - SOBREAVISO

A critério da empresa, desde que comunicado ao sindicato laboral o empregado poderá trabalhar sob o regime de sobreaviso, desde que, com antecedência de 2 (dois) dias seja devidamente comunicado pelo empregador do período que deverá permanecer à disposição da empresa fora do estabelecimento empresarial, tendo direito ao recebimento de 2/3 do valor da hora normal de trabalho para cada hora à disposição.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - COMPENSAÇÃO DAS HORAS DE TRABALHO NO SÁBADO

A jornada normal semanal de 44 (quarenta e quatro) horas deverá ser cumprida de segunda-feira a sexta-feira, mediante a compensação das horas normais de trabalho do sábado praticado no setor, obedecendo-se às seguintes condições:

- a) 1 (um) dia de 08 (oito) horas de trabalho;
- b) 4 (quatro) dias de 09 (nove) horas de trabalho.

Parágrafo Primeiro - Ficará a critério de cada empresa a fixação dos dias da semana de 09 (nove) horas e 08 (oito) horas mencionadas na presente cláusula, recomendando-se, no entanto o seguinte horário:

- a) de segunda-feira a quinta-feira = 09 (nove) horas;
- b) sexta-feira = 08 (oito) horas.

Parágrafo Segundo - As 44 horas trabalhadas a título de compensação previsto no § 1º, não serão consideradas horas extras, para qualquer fim.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE FERIADOS - DIAS PONTES

Quando da ocorrência de feriados em terças e quintas-feiras as empresas poderão, movê-los para as segundas-feiras e sextas-feiras, respectivamente, compensando as horas correspondentes aos dias alterados, desde que haja concordância da maioria dos trabalhadores, por local de trabalho.

Parágrafo Primeiro - Esta compensação poderá ser feita, também, no próprio dia de feriado, de forma que os trabalhadores tenham o “fim de semana prolongando”, e, nesses casos as horas trabalhadas a título de compensação serão remuneradas como horas normais.

Parágrafo Segundo - Para aplicação do disposto nesta Cláusula, as empresas se comprometem a divulgar a compensação de forma que todos os trabalhadores tomem conhecimento da mesma com a devida antecedência.

Parágrafo Terceiro – As empresas deverão compensar no curso do contrato de trabalho, os dias de 24 de dezembro, 31 de dezembro, trabalhando apenas um sábado e 2ª feira de carnaval, e quarta feira de cinzas, da mesma forma.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - REGISTRO DE PONTO

As Empresas, na forma do que dispõe a legislação em vigor, poderão adotar sistemas alternativos de registro de ponto para apontamento das horas trabalhadas nos escritórios e nos canteiros de obras, desde que apresentem aos trabalhadores os respectivos documentos para que aponham a sua assinatura e, desta forma, atestem o número de horas apontadas, antes de efetuado o respectivo pagamento. As empresas que adotarem o sistema de ponto eletrônico deverão obedecer legislação específica para esse fim.

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - TURNOS DE TRABALHO

As partes acordam sempre comunicando ao sindicato laboral, que (quando) a jornada de trabalho se der em regime de três turnos, para os Trabalhadores na área de produção será a seguinte:

- a) 2 (dois) turnos de trabalho, diurno e noturno, de Segunda a Sábado, em escala de revezamento semanal, quinzenal ou mensal, devendo as horas normais ser trabalhadas e pagas em função da jornada de 220 horas mensais, não se aplicando, no caso, a jornada de 6 (seis) horas diárias previstas no inciso XIV do Art. 7º da Constituição Federal;
- b) A jornada diária de trabalho será de 7:20 (sete horas e vinte minutos) horas, acrescida de duas horas extras diárias, de Segunda a Sábado, em regime de revezamento semanal, quinzenal ou mensal, devendo as horas normais ser trabalhadas e pagas em função da jornada de 220 horas mensais, não se aplicando, no caso, a jornada de 6 horas diárias prevista no inciso XIV do Art. 7º da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Para os demais trabalhadores, as jornadas de trabalho serão realizadas dentro do período normal de trabalho, podendo ser utilizada a compensação prevista na cláusula 42ª e seus parágrafos.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTA PARA ESTUDANTES

As Empresas concederão abono remunerado de faltas nos dias de prova aos Trabalhadores estudantes, que comprovarem frequência em escolas oficiais ou reconhecidas, desde que comunicadas ao Empregador, por escrito, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas.

**FÉRIAS E LICENÇAS
DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS

No caso de férias vencidas o prazo de pagamento e gozo da mesma deverá se dá nos próximos 11 meses posterior ao vencimento. O início das férias deverá sempre ocorrer no 1º (primeiro) dia útil da semana, devendo o Empregado ser avisado com 30 (trinta) dias de antecedência, exceto nos seguintes casos:

- a) Solicitação expressa do empregado;
- b) Férias coletivas;
- c) Retorno de qualquer afastamento previdenciário.

Parágrafo Primeiro – Quando a Empresa cancelar as férias por ela já comunicada, deverá reembolsar o Trabalhador das despesas não restituíveis, ocorridas no período dos 30 (trinta) dias de aviso, que, comprovadamente, o Trabalhador tenha feito para viagem ou gozo das férias.

Parágrafo Segundo – Quando, durante o período de gozo das férias existirem dias já compensados, o gozo das férias deverá ser prolongado com o acréscimo respectivo.

Parágrafo Terceiro – As férias coletivas deverão ser comunicadas a SINTICOM, nos termos da CLT.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - UTILIZAÇÃO DE APARELHO CELULAR E ACESSÓRIOS

Não é permitido o uso de telefone celular, smartphone, tablet e dispositivos similares, durante o horário de trabalho realizado em obra, para o acesso à internet, redes sociais, aplicativos de mensagens, jogos eletrônicos, músicas, ou qualquer outro uso.

Parágrafo Primeiro – O uso de telefone celular, smartphone, tablet e dispositivos similares, para o acesso à internet, redes sociais, aplicativos de mensagens, jogos eletrônicos, músicas, ou qualquer outro uso, será permitido apenas no intervalo para descanso intrajornada.

Parágrafo Segundo – No caso de o empregado precisar atender ou realizar uma ligação particular de caráter emergencial durante o horário de trabalho, deverá interromper a atividade que estiver desenvolvendo e se posicionar de forma segura, em área que será delimitada pelo empregador, para utilização do dispositivo.

Parágrafo Terceiro – O uso inadequado de telefone celular, smartphone, tablet ou dispositivo similar, assim considerado o que não observar as cláusulas anteriores, constituirá atitude passível de advertência e, em caso de reincidência, considerando tratar-se de questão relacionada à segurança do trabalho é aplicável as punições disciplinares previstas na legislação.

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

As Empresas aplicarão as normas contidas na NR-18, de acordo com as características de local de trabalho e adotarão as medidas de proteção, prioritariamente de ordem coletiva e, supletivamente de ordem individual, em relação às condições de trabalho, incluindo higiene de instalações sanitárias e segurança dos trabalhadores, inclusive dos subcontratados. Por ocasião da admissão, será ministrado ao trabalhador treinamento adequado sobre a utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivo, necessários ao exercício de cada uma das atribuições, bem como lhe dará conhecimento dos programas de prevenção desenvolvidos na própria Empresa.

Parágrafo Primeiro - As Empresas fornecerão, gratuitamente, a todos os seus trabalhadores, os Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I.), comprometendo-se, os mesmos a usá-los e conservá-lo, observadas por ambas as partes as disposições legais vigentes.

Parágrafo Segundo - É obrigação do Trabalhador obedecer às normas de medicina, higiene e segurança do trabalho, sendo que a recusa na utilização dos EPI's fornecidos levará à punição compatível na forma da Lei.

Parágrafo Terceiro - As Empresas fornecerão uniforme na forma da NR-18 para todos os Trabalhadores da área de produção. Para os demais Trabalhadores este fornecimento ficará sujeito à opção dos mesmos. Os Trabalhadores ficarão obrigados a zelar pelos uniformes de forma adequada e arcarão com os custos decorrentes do seu uso indevido.

Parágrafo Quarto - Quando as condições de trabalho forem comprovadamente consideradas inseguras, segundo as normas de segurança do trabalho, o Trabalhador deverá informar ao setor de segurança do trabalho, que tomará as devidas providências, a fim de reduzir as causas de possíveis acidentes, antes do início dos trabalhos.

UNIFORME

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - FORNECIMENTO DE UNIFORMES E ROUPAS DE TRABALHO

As Empresas fornecerão a seus empregados, gratuitamente, 02 uniformes, macacões e outras peças de vestimentas, bem como equipamento de proteção individual e de segurança, inclusive calçados especiais e óculos de segurança graduados, de acordo com receita médica, quando por ela exigidos na prestação do serviço ou quando a atividade assim o exigir.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CIPA

As Empresas organizarão e manterão em funcionamento uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, na forma estabelecida pelas NRs 05 E 18 (Portaria 3.214/78).

Parágrafo Primeiro - A eleição para novo mandato da CIPA deverá ser convocada pela Empresa, mediante edital interno afixado no quadro de avisos, com um prazo mínimo e 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do mandato.

Parágrafo Segundo - As Empresas deverão encaminhar à Entidade Sindical Laboral conveniente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a realização das eleições, comunicado, por escrito, indicando os eleitos, tanto os titulares como os suplentes.

Parágrafo Terceiro - No intuito de promover redução do índice de acidente de trabalho, Empresas e Entidade Profissional, mediante comum acordo, poderão estabelecer programações para palestras técnicas sobre medicina, higiene e segurança do trabalho.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - EXAMES MÉDICOS

Nas atividades e operações previstas na NR-15, os exames médicos serão realizados semestralmente, acompanhados de exames complementares específicos, sempre que o Trabalhador estiver exposto a qualquer agente agressivo ou insalubre, em níveis acima dos limites de tolerância comprovados por laudo, na forma estabelecida na norma legal.

Parágrafo Primeiro - O médico da Empresa, ou do convênio mantido pela Empresa, deverá fazer a notificação prevista no Artigo 169 da CLT, em relação à doença profissional, ou de sua suspeita, às entidades oficiais de saúde e ao setor médico da Entidade Profissional.

Parágrafo Segundo - Em caso de denúncia da Entidade Profissional quanto aos serviços prestados pelo convênio médico, a Empresa deverá analisar as reclamações e cientificar a Entidade Profissional da resolução tomada.

Parágrafo Terceiro - É obrigatório o exame médico do Trabalhador, por ocasião do término do contrato de trabalho, nas atividades e operações constantes da NR-15. O exame será realizado durante o período do aviso prévio, desde que o último exame tenha sido realizado há mais de 30 (trinta) dias, respeitando o prazo técnico de renovação dos exames. Na hipótese de não comparecimento do Trabalhador ao exame médico formalmente comunicado, fica a Empresa dispensada de cumprir esta exigência.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADO MÉDICO PARA ACOMPANHAMENTO DE DEPENDENTES

As empresas aceitarão até o limite de 3 (três) dias por ano trabalhado, atestados médicos para abono de ausência, no caso de acompanhamento de dependentes. No atestado deverá constar o horário do atendimento, o nome do dependente e o nome do Trabalhador.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS / ODONTOLÓGICOS

Para efeito do art. 32 da Consolidação das Leis da Previdência Social, as empresas aceitarão atestados subscritos por médicos integrantes da rede pública ou conveniada nos planos de saúde. Quando a empresa possuir ambulatório médico na obra, os referidos atestados deverão ser submetidos ao médico da empresa, para análise e liberação.

ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO

As Empresas remeterão, obrigatoriamente, à Previdência Social, ao Sindicato Profissional e ao acidentado, uma cópia da Guia de Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), conforme determina a Lei 8.213/91, inclusive aos dependentes do acidentado, no caso de óbito deste.

Parágrafo Primeiro - Em caso de acidente de trabalho que requeira hospitalização, as Empresas comunicarão o fato à família do trabalhador, no endereço constante da Ficha de Registro.

Parágrafo Segundo - As Empresas deverão comunicar o acidente de trabalho à Previdência Social, até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato à autoridade policial competente, assim como ao órgão regional do Ministério do Trabalho e o Sindicato Laboral.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ACIDENTE DE TRABALHO

As Empresas se comprometem a, em caso de acidente de trabalho, tomarem as seguintes providências em benefício do acidentado:

- a) Remoção do Trabalhador acidentado, providenciando veículo em condições adequadas para transportá-lo até o local de atendimento mais próximo;
- b) Se o Trabalhador vier a sofrer prejuízo pelo não recebimento do benefício previdenciário em razão de a Empresa não lhe Ter fornecido, dentro do prazo legal, por negligência devidamente comprovada, a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, deverá esta lhe ressarcir do prejuízo sofrido, salvo se o órgão previdenciário proceder, em tempo hábil, ao devido pagamento do benefício;
- c) Nos casos de necessidade de socorro urgente, as Empresas recolherão os instrumentos de trabalho do acidentado, providenciando a sua guarda e por eles se responsabilizando até a sua devolução ao mesmo.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - PRIMEIROS SOCORROS MÉDICOS

As Empresas manterão as suas obras equipadas com material necessário à prestação de primeiros socorros médicos, para atender o Trabalhador eventualmente acidentado, bem como responsabilizar-se-ão pelas despesas de transporte do Trabalhador acidentado, caso necessário.

Parágrafo Primeiro - Em caso de acidente de trabalho em que o acidentado necessite de atendimento médico hospitalar não disponível no local de trabalho, a Empresa deverá providenciar a sua imediata remoção para local de atendimento, arcando com as despesas de transporte. Nestes casos, a Empresa deverá avisar aos familiares constantes da ficha de Registro de Empregado sobre o acidente ocorrido e o local para onde o mesmo foi deslocado.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade da Empresa, tratada no parágrafo acima, não se aplica aos casos de acidentes considerados “de trajeto”, exceto quando o mesmo ocorrer em veículos que estejam a serviço da Empresa, resguardadas as responsabilidades previstas em Lei.

**RELAÇÕES SINDICAIS
SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)**

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CADASTRAMENTO SINDICAL

As Empresas com sede em outros estados que sejam contratadas ou subcontratadas para executar obras de engenharia e construção de infraestrutura montagem e manutenção industrial no nos municípios abrangidos por esta convenção, são obrigadas a se cadastrarem junto ao Sindicato Laboral.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - ATUAÇÃO SINDICAL

As empresas permitirão que os sindicatos promovam campanhas de sindicalização nos intervalos destinados à alimentação e ao descanso vedado a propaganda política partidária.

Parágrafo Único – Nas inspeções oficiais promovidas pelos órgãos do Ministério do Trabalho, Previdência Social e de interesse dos Trabalhadores, será permitida a participação de representantes do sindicato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - INCENTIVO À SINDICALIZAÇÃO

Os Trabalhadores sindicalizados não sofrerão restrição à sua contratação ou na permanência do desempenho de suas atividades nas Empresas.

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - ACESSO DE DIRIGENTE SINDICAL AOS LOCAIS DE TRABALHO

As Empresas permitirão ao dirigente da Entidade Sindical Laboral, devidamente credenciado, acesso aos locais de trabalho, com a finalidade de verificação das condições de higiene e segurança do trabalho, desde que a visita seja previamente solicitada e que esta seja acompanhada por representante da Empresa. Quando estas visitas acontecerem em obras que envolvam questões estratégica de segurança nacional, as mesmas só serão autorizadas após a devida anuência do Cliente ou do Contratante Principal.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - LIBERAÇÃO DE TRABALHADORES PARA EVENTOS

Desde que solicitados por ofício da Entidade Sindical Laboral, as Empresas poderão liberar os seus Trabalhadores para participar de cursos, seminários, congressos ou eventos sindicais, ficando tal liberação restrita a 03 (três) Trabalhadores nos efetivos de até 200 trabalhadores, uma vez por ano e, no máximo, pelo período de 03 (três) dias consecutivos, garantida a remuneração integral desses dias.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - RELAÇÃO DE TRABALHADORES CONTRIBUINTES

As Empresas fornecerão, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data dos recolhimentos das contribuições

e demais Taxas devidas ao Sindicato representativo da Categoria Profissional, mediante recibo, uma relação contendo os nomes, CTPS, salários e os valores das referidas contribuições dos seus Trabalhadores.

Parágrafo Único - A Entidade Sindical Profissional tem responsabilidade quanto ao armazenamento dos dados fornecidos pelas empresas na forma contida na Lei (LGPD) comprometendo-se a não utilizar as informações constantes da relação acima mencionada, para outro fim que não seja o de comprovação e conferência de recolhimento das contribuições.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - QUADROS DE AVISOS

As Empresa manterão Quadros de Avisos nas fábricas, obras ou núcleo de base em locais acessíveis aos Trabalhadores, para veiculação de assuntos de interesses da categoria, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - CÓPIA DA R.A.I.S.

As Empresas, quando solicitadas por escrito pelos sindicatos, apresentarão para consulta, no prazo de 30 (trinta) dias, uma cópia completa com recibo de entrega da RAIS.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - MENSALIDADE DOS ASSOCIADOS DA ENTIDADE PROFISSIONAL

O desconto das mensalidades dos associados da Entidade Profissional na forma da cláusula seguinte, será feito pela Empresa, diretamente em folha de pagamento. O montante desse desconto deverá ser recolhido à tesouraria da entidade até o décimo dia do mês subsequente, sob pena de, em caso de inadimplência, incorrerem juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês e correção monetária até a data do efetivo recolhimento e mais despesas de cobrança. O desconto somente poderá cessar após devidamente comprovada a exclusão do quadro social, mediante notificação por escrito da entidade, ou após a comprovação pela Empresa do desligamento, transferência ou aposentadoria do Trabalhador.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO LABORAL UNIFICADA ASSOCIATIVA / ASSISTENCIAL / NEGOCIAL

Em cumprimento à decisão, das Assembleia Geral do Sindicato Laboral, realizada dia 27 de Outubro de 2022, referendada das Assembleias itinerantes do Sindicato Laboral realizadas diretamente nos canteiros /frente de obras na forma do **Artigo 513 CLT letra g** que deliberaram pela contribuição Unificada (Associativa/Assistencial/Negocial) bem como na forma descrita nos termos técnicos de orientação de Numero 20 do Conalis do dia 04/10/2022, aqui prevista, fica convenionado que as empresas descontarão dos salários dos Trabalhadores, em folha de pagamento, a contribuição acima mencionada, pelo que o Sindicato Laboral lhes proporcionará, direta ou indiretamente, serviços assistências jurídica, trabalhista, cível, em varas de família, órfãos e sucessões, previdenciária, habilitação de créditos em casos de falência de Empresa, assim como o acesso gratuito aos eventos sociais e esportivos da Entidade, realizados em sua Sede e Sub-sedes .

Parágrafo Único - A Taxa Unificada (Associativa/Assistencial/Negocial) será descontada mensalmente em valor correspondente a 2,3% (dois vírgula três por cento) a partir do mês da contratação de acordo com a tabela abaixo especificada:

Mestre de Obra, Encarregado de Obra, Encarregado Administrativo de Obra, Encarregado de Turma, Encarregado de Montagem em: Elétrica, Instrumentação, pintura Industrial, Caldeiraria, Manutenção, Tubulação e Mecânica e de Montagem Industrial, Técnico: de edificações, e Mestre de Montagem em: Elétrica, Instrumentação, pintura Industrial, Caldeiraria, Manutenção, Tubulação e Mecânica, Mestre de Montagem Industrial, Soldador TIG.	2,3%
	limitado a
	R\$ 85,00
Soldador de Tubulação, Soldador de Raios x, Eletrotécnico e Frezador, Torneiro Mecânico, Mecânico de Refrigeração, Mecânico Ajustador, Encanador, Riger, Eletricista Força e Controle, Mot. Caminhão, Op. Empilhadeira, Op. Plataforma Aérea. Enc. turma, Operador de Site-boom,Técnico de Segurança no Trabalho	2,3 %
	limitado a
	R\$ 72,00
Opr. de motoscraeper, op. de motoniveladora, op. pá mecânica, patrol, op. de rolo, op. de retroescavadeira, op. de escavadeira, nivelador, carpinteiro de acabamento, pedreiro de acabamento, operador de usina, op. de trator de esteiras, op. de guindaste, Almojarife, Apontador mecânico de equipamento pesado, eletricista força e controle montador/manutenção, motorista de caminhão e caçamba. Motorista de transporte de Trabalhadores (vans), Soldador de Chaparia, Soldador MIG, MAG, Pintor Industrial, Apontador, Almojarife, Mecânico de Manutenção, Pintor Letrista, Caldeireiro, Op. de Guindaste, Op. Munck e Serralheiro, Montador de Estrutura e Encanador Industrial. Montador, Maçariqueiro, Eletricista, Eletr. Montador, Guindaste, Lubrificador, Motorista de Caminhão Caçamba, Montador de Andaime	R\$ 2,3% limitado a
	R\$ 60,00
Apropriador de campo, marteleteiro, armador, pedreiro, eletricista, carpinteiro de forma, guincheiro, pintor, operadores em geral, carpinteiro, bombeiro, ladrilheiro, Op. De grua e pastilheiro, auxiliar topógrafo, auxiliar administrativo, motorista de veículo leve, Isolador, Funileiro, Marteleteiro, Op. de Policorte, Pintor Industrial, Calceteiro, Rasteleteiro(rastilheiro) Sinaleiro, Esmerilhador, Lixador, Jatista, Auxiliar Administrativo, Motorista de Veículo Leve e demais profissionais	R\$ 2,3% limitado a
	R\$ 52,00
Meio Oficial em Geral, Vigias, Operador de Roçadeira, Serventes/Ajudante/Auxiliar de Produção/Auxiliar de serviços gerais e Limpeza	R\$ 2,3% limitado a
	R\$ 40,00

a) O Banco Central, responsável por regular e fiscalizar as instituições bancárias no Brasil, determinou que todo boleto de pagamento tenha os seguintes dados: CPF ou CNPJ do beneficiário e do pagador, valor e data de vencimento, conforme as Circulares n°s 3.461/09, 3.598/12 e 3.656/13. Portanto, para o recolhimento mensal da referida contribuição ao SINTICOM/RJ, **as empresas deverão solicitar o boleto bancário** através do e-mail: arrecadacao@sinticomrj.com.br até o dia 05 de cada mês informando valor e enviando o resumo e relação nominal dos trabalhadores com função, salários e valores constante na folha de pagamento e valor descontado dos mesmos reiterando assim o valor do Boleto que será emitido pelo sindicato, enviado por e-mail para repasse do recolhimento pela empresa até dia 10 do mês subsequente ao desconto. **Qualquer dúvida poderá ser esclarecida pelo telefone (21) 3857-9407.**

b) Caso não ocorra o recolhimento até a data fixada, incidirá sobre o valor devido, multa de 2% (dois por cento) acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo Primeiro – Para os empregados admitidos após a data de assinatura desta Convenção aplica-se os termos integral contida na presente CCT.

Parágrafo Segundo - O Trabalhador contribuinte poderá requerer a qualquer tempo o seu direito à sindicalização, passando a exercer todos os direitos estatutários, inclusive votar e ser votado.

Parágrafo Terceiro - As empresas deverão encaminhar ao SINTICOM/RJ, dentro do mês de recolhimento, uma relação contendo nome, função, CPF, data de admissão, Salário e respectivos valores relativos aos descontos da contribuição no formato arquivo Excel, conforme modelo indicado pelo SINTICOM/RJ através de e-mail eletrônico, inclusive das empresas subcontratadas, sob pena de pagamento da multa ao Sinticom por descumprimento do acordo, devida por cada trabalhador.

Parágrafo Quarto -Subordina-se este desconto unificado à não oposição do Trabalhador de próprio punho, perante o Sindicato Laboral, que poderá ser exercido em até 10 dias do primeiro desconto, após o registro no MTE da presente Convenção Coletiva de Trabalho, mediante apresentação do comprovante do desconto do mês anterior após seus salários já reajustados, documento com foto, bem como no caso de novas contratações o comprovante do primeiro desconto da contribuição no primeiro pagamento do salário. O Sindicato laboral se obriga a recebê-la e poderá, a seu critério, esclarecer os trabalhadores da não garantia dos benefícios conquistados para aqueles que se opõe a contribuição aprovada.

Parágrafo Quinto - Compete à empresa apenas efetuar os descontos daqueles trabalhadores integrantes do seu quadro efetivo atual, bem como das novas contratações e repassar para a entidade sindical laboral. Quaisquer esclarecimentos sobre o assunto será de responsabilidade do sindicato, bem como no caso do trabalhador requerer judicialmente a devolução de valores descontados da contribuição constante desta cláusula a responsabilidade será do sindicato laboral.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL (SINDEMON)

As empresas de Engenharia e Construção de Montagem e Manutenção Industrial que não são associadas, representadas pelo SINDEMON, integrantes da categoria econômica, que executam serviços na base territorial representada pelas entidades ora convenientes depositarão, a título de Taxa Assistencial Patronal, mensalmente, a importância de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), a partir da data de assinatura da presente Convenção. Para as associadas, que possuem o direito de participação administrativa, podendo votar e ser votada, o valor é R\$ 1.210,00 (mil duzentos e dez reais).

Parágrafo Primeiro - Estão isentas da contribuição complementar, as empresas que efetuam o recolhimento da mensalidade associativa ao SINDEMON.

Parágrafo Segundo - A contribuição complementar será efetuada através de guia própria fornecida pelo SINDEMON, ou através de depósito bancário nas contas abaixo discriminadas, até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior ao do vencimento.- **SINDEMON** – Conta-Corrente n° 0563-2 - Caixa Econômica Federal – AG. 0542

Na hipótese de utilização de depósito bancário na forma acima, as Empresa remeterão cópia do comprovante de depósito para o respectivo Sindicato, no prazo de 10 (dez) após o recolhimento.

PROCEDIMENTOS EM RELAÇÃO A GREVES E GREVISTAS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS DURANTE GREVE

Em caso de greve, as Comissões de Negociação de Trabalhadores e a Empresa definirão, previamente, as atividades e serviços essenciais a serem mantidos em funcionamento.

Parágrafo Único - A greve é um recurso extremo e só deve ser deflagrada após esgotadas as tentativas de solução negociada.

DISPOSIÇÕES GERAIS
REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - NÃO INCORPORAÇÃO DE BENEFÍCIO E CONCESSÕES

Fica desde já acordado que todo e qualquer benefício e/ou concessão estabelecidos nesta Convenção, que não estejam previstos na legislação em vigor, ou que excedam aos limites nela estabelecidos, não se incorporarão aos salários para qualquer fim.

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - SOLUÇÃO CONCILIATÓRIA

A Entidade Sindical Laboral se compromete, antes de ajuizar qualquer reclamação trabalhista, a consultar a Empresa sobre a possibilidade de uma solução conciliatória para a controvérsia de forma extrajudicial.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - CUMPRIMENTO DESTA CONVENÇÃO NORMATIVA

As Partes estabelecidas, ou que venham a se estabelecer na vigência desta Convenção Coletiva, para o desempenho das atividades especificadas nos ramos e nos municípios de base constante no registro sindical no MTE representados pela entidade laboral (Sinticom) que tenham em seus quadros as funções descritas na cláusula 3ª (terceira), ficam obrigadas a cumprir todas Cláusulas nela contida que terá como respaldo legal nos contratos de obras Públicas em geral.

Parágrafo Único - Constatada a inobservância, por qualquer da Partes convenientes, de cláusula da presente convenção, será aplicada à inadimplente, multa equivalente a 10% (dez por cento) do piso mínimo da categoria, elevada para 20% (vinte por cento) em caso de reincidência específica, importância esta que será revertida em benefício da Parte prejudicada, ficando excetuadas dessa penalidade aquelas Cláusulas para as quais já estiver prevista sanção específica.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - DIA DO TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PESADA / MONTAGEM E MAN

A comemoração do Dia do Trabalhador do plano da construção infraestrutura Montagem e Manutenção Industrial, e demais ramos e atividades representadas nesta CCT será sempre na **terceira segunda-feira do mês de Outubro, dia em que não haverá expediente normal nas obras e escritórios das Empresas, com trabalhadores aqui representadas pelo SINTICOM.**

Parágrafo Único – Nesta data não poderá ter compensação ou remanejamento para outro dia por ser direito do trabalhador conquistado pela entidade Laboral (SINTICOM).

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - DESEMPENHO DE ATIVIDADES ESPECIFICAS

A funções **específicas dos Trabalhadores representados pelo SINTICOM que exerçam suas atividades Em: Oleoduto, Gasoduto (terra e mar),** usinas eólicas (torre) Hidrelétricas, Portos e Obras Especiais (emissário submarinho), por **escavação** de solo ou perfuração de sonda), Engenharia Consultiva em geral, Encanadores de Tubulação Hidráulica, Sanitárias infraestrutura de saneamento (distribuição/extensão de redes águas e esgotos), Elétrica e Gás, **executados pelas empresas principais e suas empreiteiras subcontratadas,** com aplicação obrigatória na base territorial nos municípios de representação do sindicato laboral (conforme certidão ativa no MTE) exceto as obras da Petrobrás interna e extramuros de contrato Petrobrás oriundas do comperj que farão ACT específico para base legal. exceto também os trabalhadores em montagem e manutenção industrial do município de Itaboraí – RJ

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS LGPD

Será de Responsabilidade da instituição sindical as informações dos dados específico dos trabalhadores quando solicitado formalmente as empresas pela entidade laboral.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO / ACORDO COLETIVO / DESCUMPRIMENTO

- Disposições Gerais

- Descumprimento do Instrumento Coletivo.

As partes se obrigam a observar, fiel e rigorosamente, cada uma das cláusulas do presente instrumento, por expressar o resultado da livre negociação entre elas, portanto prevalecendo as cláusulas aqui negociada referendado e consagrada na Assembleia Geral da entidade sindical conveniente as partes darão continuidade ao cumprimento de todas as cláusulas contidas neste instrumento coletivo CCT/ACT até que sejam concluídas novas negociações de data base estando fundamentada nos seguintes dispositivos legais, nos termos da Lei 13.467/17 onde o aqui negociado sobrepo o legislado:

- a) Constituição Federal - Artigo 7º, Inciso XXVI;
- b) Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
- c) Lei Federal nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991;
- d) Lei Federal nº 8.880, de 27 de maio de 1994;
- e) Lei Federal nº 9.069, de 30 de junho de 1995;
- f) Lei Federal nº 10.101, de 19 de dezembro de 2.000;
- g) Decreto Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943, artigos 611 a 625 da CLT.

Parágrafo Único - Constatada pela entidade SINTICOM-SG/REGIÃO, a inobservância de cumprimento das cláusulas do presente instrumento, será aplicada à empresa inadimplente multa equivalente a 20% (vinte por cento) do menor piso salarial da categoria por empregado, elevada para 30% (trinta por cento) em caso de reincidência específica, importância esta que será revertida em favor do SINTICOM-SG/REGIÃO, que se obriga a utilizar estes recursos em campanhas de promoção da cidadania, de saúde e segurança no trabalho.

}

MANOEL VAZ DE LIMA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PLANO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DO MOBILIÁRIO DE SÃO GONÇALO E REGIÃO

ALEXANDRE MORAES VASCONCELLOS
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA DE MONTAGEM E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXOS
ANEXO I - ATA DE ASSEMBLÉIA CAMPANHA SALARIAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ001513/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 18/07/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR038535/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 19980.150094/2023-01
DATA DO PROTOCOLO: 13/07/2023

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 14021.142748/2023-40
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 19/05/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA DE MONTAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 40.174.799/0001-57, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALEXANDRE MORAES VASCONCELLOS;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PLANO DA CONSTRUCAO CIVIL E DO MOBILIARIO DE SAO GONCALO E REGIAO, CNPJ n. 31.724.891/0001-52, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MANOEL VAZ DE LIMA;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Categoria dos trabalhadores da Indústria da Construção Civil (pedreiros, Carpinteiros, Pintores e Estucadores, Bombeiros Hidráulicos e demais profissionais integrantes do grupo da construção civil), Trabalhadores em Montagem e Manutenção Industrial, Trabalhadores nas Indústrias de Construção Pesada e obras de Infra Estrutura (Construção de Estradas, viadutos, passarelas Pavimentação, Obras de Terraplanagem em geral - Pontes, Portos, Canais, Barragens, Aeroportos, Gasoduto, Hidroelétricas, e Obras Especiais), Engenharia Consultiva em geral, Construção e manutenção de Praça e de Parque de Diversões e jardins, Eletricistas de Obras, Encanadores de Tubulação Hidráulica, Sanitária, Elétrica e Gás, Operadores de Equipamentos e Maquinas em Geral Tratoristas do setor (exceto os rurais) e Trabalhadores na Indústria de Refratários, exceto os trabalhadores em montagem e manutenção industrial do município de Itaboraí - RJ e exceto também os trabalhadores da indústria da construção pesada dos municípios de Armação de Búzios, Arraial do cabo, Iguaba Grande e Tanguá. EXCETO a Categoria dos trabalhadores do ramo das Indústrias da Construção Civil de pequenas e grandes estruturas, inclusive empreiteiras, trabalhadores das indústrias de materiais de construção, tais como: ladrilhos hidráulicos, mármore e granitos, pinturas, decorações, ornatos, estuques, tijolos refratários, trabalhadores das indústrias de serrarias, carpintarias, tanoarias, artefatos de madeiras, compensados e laminados, aglomerados e chapas de fibras de madeiras e fórmica, móveis de madeira, de junco e vime, estofados, colchões, bancos de automóveis e de cortinas, vassouras e escovas e pincéis, Engenharia Consultiva; nos municípios de Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia, e Iguaba Grande, do Estado do Rio de Janeiro , com abrangência territorial em Araruama/RJ, Armação dos Búzios/RJ, Arraial do Cabo/RJ, Cabo Frio/RJ, Iguaba Grande/RJ, Itaboraí/RJ, Maricá/RJ, Rio Bonito/RJ, São Gonçalo/RJ, São Pedro da Aldeia/RJ, Ssquarema/RJ, Silva Jardim/RJ e Tanguá/RJ.**

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA TERCEIRA - PLANO DE SAÚDE (MEDICO ODONTOLÓGICO)

O presente Aditivo substitui a redação da cláusula vigésima contida na CCT registrada no MTE dia 19/05/2023 Sob o número RJ001052/2023

A partir do mês de Setembro de 2023 as empresas abrangidas por este instrumento normativo obrigatoriamente fornecerão Plano de Saúde Médico e Odontológico através de apólice corporativa, somente ao trabalhador titular, inclusive com abrangência de internação e exames, com coparticipação de 25% (vinte e cinco por cento), somente nas consultas.

a) Na inclusão de dependentes, por solicitação do trabalhador, a empresa poderá descontar do trabalhador solicitante o valor do plano de cada dependente incluído.

b) No caso de dispensa do trabalhador, o referido Plano será garantido até data final do aviso prévio.

Parágrafo Primeiro – A Operadora do Plano de Saúde contratada deverá ter registro na ANS, plano com cobertura Estadual, ter uma ampla rede credenciada, oferecer o plano sem carência para o atendimento e liberação on-line dos procedimentos.

Parágrafo Segundo - No plano de saúde acima referido deverão constar, obrigatoriamente, convênios com hospital/clínicas situados na base territorial do sindicato obreiro com abrangência Estadual. Sugere-se que as empresas utilizem Apólices Corporativas firmadas pelo **Sinticom/Sindemon** com Operadora de Seguro/Plano de Saúde nas quais constarão todas as exigências referidas nesta cláusula, bem como a garantia de menor preço e praticidade no atendimento.

Parágrafo Terceiro – Os Sindicatos Convenientes indicam o Sindicato Laboral – SINTICOM – para efetuar a administração/fiscalização do plano de saúde médico/odontológico, mediante contratação de uma gestora de benefícios para dar assessoria na escolha, direção e operacionalização do plano, através de contrato coletivo por adesão, conforme resolução normativa 195 da ANS (Agência nacional de Saúde).

Parágrafo Quarto - Os funcionários afastados por motivo de AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO, pelo INSS, terão direito ao Plano de Saúde por **período máximo seis meses** a contar da data do afastamento e somente para o titular.

Parágrafo Quinto – A Cláusula Vigésima da Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 fica mantida em vigor até 31 de Agosto de 2023.

}

ALEXANDRE MORAES VASCONCELLOS
PRESIDENTE

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA DE MONTAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO

MANOEL VAZ DE LIMA
PRESIDENTE

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PLANO DA CONSTRUCAO CIVIL E DO MOBILIARIO DE SAO GONCALO E REGIAO

ANEXOS

ANEXO I - ATA DEASSEMBLÉIA CAMPANHA SALARIAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.